

O TERRITÓRIO USADO E A RENDA DA TERRA

USED TERRITORY AND LAND INCOME

Delismar Palmeira Costa

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins
delismarcosta@gmail.com

Claudiney de Freitas Marinho

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso.
claudiney.marinho@cfs.ifmt.edu.br

Elizeu Ribeiro Lira

Doutor em Geografia pela UNESP, Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins.
liraelizeu@mail.uft.edu.br

Resumo

Esse artigo tem por finalidade desenvolver uma interconexão teórica entre a geografia e a economia política, por meio da análise e contextualização das relações existentes entre o conceito de *território usado* e a categoria *renda da terra*. Por se tratar de uma construção teórica, esse ensaio não abordará nenhum estudo de caso em caráter particular, mas visa antes de tudo uma síntese, de modo a fortalecer as bases epistemológicas da geografia como ciência. O território usado enquanto sinônimo de espaço se coloca como o objeto central da ciência geográfica, corroborando para uma análise crítica-social da dinâmica em que se encontra inserida a sociedade; por isso nesse trabalho buscou-se uma relação prática desse conceito com uma das mais centrais categorias da economia política, a renda da terra. Em dois recortes temporais pôde-se verificar as relações inseparáveis desses objetos; tanto no Feudalismo quanto no Capitalismo a renda da terra alicerça-se sob a base da exploração humana, em virtude do uso do território.

Palavras-chave: Território usado. Renda da terra. Feudalismo. Capitalismo. Exploração humana.

Abstract

The purpose of this text is to develop a theoretical interconnection between geography and political economy by analyzing and contextualizing the relationships between the concept of *used territory* and the category *income of land*. Because it is a theoretical construction, this essay will not address any case study in a particular character, but it is first and foremost a synthesis, in order to strengthen the epistemological basis of geography as a science. The used territory as a synonym of space is placed as the central

object of geographic science, corroborating for a critical-social analysis of the dynamics in which society is inserted; so in this work we sought a practical relationship of this concept with one of the most central categories of political economy, the income of the land. In two temporal cut outs it was possible to verify the inseparable relation of these objects; both in Feudalism and in Capitalism the income of the land is based on the basis of human exploitation, by virtue of the use of the territory.

Keywords: Used territory. Land income. Feudalism. Capitalism. Human exploration.

Introdução

O homem em sua trajetória na terra tem o seu trabalho concebido como uma realidade concreta somente a partir do momento em que o desenvolve de forma coletiva. Nessa perspectiva, não só a ciência geográfica assume um papel relevante, mas também a economia política, pois as relações entre o homem e a natureza conduzem de imediato ao estudo das relações econômicas comuns a cada formação social. A renda da terra e o território estão ligados intimamente, por isso a necessidade de uma abordagem que leve em consideração o conceito e a categoria como uma totalidade indissolúvel. Esse fato conduz, como já foi dito, ao emaranhado das relações sociais de produção, estas, por seu turno, corroboram para a dominação do homem pelo homem e conseqüente estratificação da sociedade. Por isso o território se torna uma fonte de conflito, ao mesmo tempo em que é base natural da produção de mais-valor.

Esse texto tem por finalidade desenvolver uma interconexão teórica entre a geografia e a economia política, por meio da análise e contextualização das relações existentes entre o conceito de *território usado* e a categoria *renda da terra*. Por se tratar de uma construção teórica, esse ensaio não abordará nenhum estudo de caso em caráter particular, mas visa antes de tudo uma síntese, de modo a fortalecer as bases epistemológicas da geografia como ciência. Essa síntese contará com a abordagem de conceitos e categorias de análises dos dois principais segmentos aqui adotados, o que dar-se-á pelo intermédio do viés marxista, em conjunto com a análise filosófica da relação homem e meio presente na própria natureza da geografia enquanto ciência.

Além da presente introdução, o texto se divide em mais quatro partes; num primeiro momento tratar-se-á das relações existentes entre a produção do espaço e a agricultura no cenário da evolução humana; em seguida contextualizar-se-á os principais

aspectos da renda da terra no período feudal, enfatizando o caráter rígido dos territórios à época; no terceiro ponto, abordar-se-á o processo de produção e apropriação da renda da terra no modo de produção capitalista atual, para tal será necessária uma breve contextualização do processo de transição do feudalismo ao modo de produção burguês, pois este momento histórico guarda em si uma forma clássica do movimento dialético há muito estudada por grandes intelectuais; por fim, as devidas considerações finais acerca do que foi debatido encerram o trabalho.

O homem, a agricultura e a produção do espaço

O homem é o animal menos natural que hoje habita a superfície e demais extensões da Terra. Para todos os efeitos, ele é o único capaz de realmente “habitar” este planeta, já que os demais grupos de espécies apenas ocupam nichos ecológicos (LÉVY, 1994). A presença do ser humano na Terra nem sempre foi sentida tão drasticamente pelo meio que o circunda, diferentemente dos dias atuais. O homem coletor, que do mundo físico muito se assombrava, não usava os territórios de forma tão efetiva, mas apenas de modo parcial, a sua intervenção pautava-se apenas na retirada da natureza daquilo que lhe era conveniente e necessário. A ação neste momento da história era determinada em grande parte pela própria dinâmica natural, não que não houvesse trabalho, mas o próprio trabalho estava diretamente condicionado aos requisitos do meio ambiente que se formou antes do ser humano. A produção encontrava-se nesse estágio quando do surgimento dos primeiros homens.

A natureza em um primeiro momento se constituía como dado “natural”; o meio tinha a sua diversificação disposta em estado puro, o movimento das partes que compunham o todo era proporcionado de forma única pelas energias naturais em cadeia (SANTOS, 2014a). Todavia, o ser humano veio a mudar este quadro, pois “a primeira presença do homem é um fator novo na diversificação da natureza, uma vez que ela atribui às coisas um valor, acrescentando ao processo de mudança um dado social” (SANTOS, 2014a, p. 131). Quando os grupos humanos começaram a impor o seu trabalho sobre a base física que os abrigava, a história da natureza e a do homem se entrelaçaram. O fator antrópico participava ativamente do movimento da natureza, tendo o trabalho como o grande responsável.

O homem só existe por intermédio de seu trabalho, ou nos termos de Engels: “o trabalho criou o próprio homem”, pois ele “é a condição fundamental primeira de toda a vida humana” (ENGELS, 1974, p. 171). A relação entre o ser humano e a extensão ecológica que lhe cabe é a responsável pela manutenção da vida. Essa interação só pode ser concretizada por meio da ação criadora e transformadora da coletividade; o trabalho se coloca como a base de toda a riqueza material, assim como a própria natureza física, e está, sendo a grande responsável pelo fornecimento das matérias-primas que virão a se tornar um produto social (ENGELS, 1974). O homem coletor era inevitavelmente um homem trabalhador, mas o seu labor era bem menos preciso do que dos homens que o procedeu; a vida nômade seria a causa dessa diferença. Não havia porque produzir espaço de uma forma rígida, pois as moradas eram sempre temporárias, o trabalho se colocava como uma força responsável apenas pela coleta daquilo que já se encontrava disposto materialmente ao redor, uma *produção extrativa*.

Romper com essa estrutura demorou séculos. Os ancestrais do homem moderno evoluíram de forma materialista, ou seja, de acordo com a internalização do mundo real e aplicação das melhores estratégias para que a sua sobrevivência pudesse ser assegurada, a consciência de si era a consciência daquilo que o mundo exterior lhe condicionava, concomitante às suas próprias necessidades materiais. Além do fator trabalho, uma outra base pode ser elencada como propulsora da evolução humana: a linguagem. Ela proporcionou, segundo Engels (1974), a cooperação entre os hominídeos. A cooperação entre os ancestrais humanos foi um dos mais importantes fatores que possibilitaram a existência antrópica até a atualidade. Ilustrando: “Primeiro o trabalho; depois dele e em seguida a par dele, a linguagem. Tais são dois incentivos mais importantes sob cuja influência o cérebro de um macaco foi a pouco e pouco transformando num cérebro de homem”, por conseguinte, “a par com o desenvolvimento do cérebro houve também o dos seus utensílios imediatos, os órgãos dos sentidos” (ENGELS, 1974, p. 176).

O trabalho como substância necessária à realização da vida se coloca como um fator determinante da produção do espaço geográfico. Ele é a aplicação sobre o meio ambiente da energia humana, seja pela ação do próprio corpo ou por meio de sua extensão (técnicas), na tentativa de reproduzir a vida da coletividade (SANTOS, 2014b). Dessa forma, o território vai perdendo pouco a pouco a sua roupagem natural, sendo travestido por um conteúdo técnico com *status* de território usado, sinônimo de espaço geográfico.

A racionalidade, a linguagem e a evolução sensorial foram marcas decisivas na história da humanidade, pois estes fatores “racionalizam” o processo de trabalho que incide sobre a natureza. Os demais animais também realizam trabalho sobre o meio, entretanto, “o homem é o único que reflete sobre a realização de seu trabalho. Antes de se lançar ao processo produtivo, ele pensa, raciocina, de alguma maneira, prevê o resultado que o seu esforço terá” (SANTOS, 2014b, p.96).

Ora, quanto mais os homens se afastam do animal, mais a sua ação sobre a natureza adquire o carácter de uma actividade premeditada, metódica, visando fins determinados previamente estabelecidos. O animal destrói a vegetação de uma região sem saber o que faz. O homem destrói-a para semear cereais no solo assim disponível ou para plantar árvores e vinhas, sabendo que estas lhe vão multiplicar as quantidades que semeou (ENGELS, 1974, p. 181).

Assim, pode-se afirmar que o homem foi o primeiro núcleo da primeira natureza a deixar de sê-la. Ele rompeu como esse paradigma graças ao seu trabalho e à cognição, ambos em conjunto com os seus sentidos sensoriais e a linguagem. Essa realização é advinda da práxis proporcionada pela internalização e constante diálogo do homem com as condições oferecidas pela própria realidade material, seja o mundo físico natural, ou mesmo o universo das relações sociais de produção. Marx disse que o homem é por natureza um animal político, ao ponto de afirmar que o ser humano não pode se isolar a não ser dentro da própria sociedade a qual pertence. Afirma também que a produção por meio de indivíduos isolados é algo tão impensável quanto o ato de teorizar a evolução da linguagem sem a presença de indivíduos que possam interagir entre si (MARX, 2008).

Nessa tessitura é assertivo atestar que o homem e a natureza são um só. Cientificamente falando o ser humano não existiria sem que houvesse uma configuração natural que lhe desse suporte, esta é sempre uma herança do movimento cósmico de bilhões de anos. Quando um ser humano nasce, imediatamente já se põe em diálogo com o meio físico; o cérebro ainda que pequeno necessita de oxigênio, o oxigênio, por seu turno, é um elemento químico originado do movimento evolutivo da Terra. A própria natureza natural possibilita ao homem modificá-la substancialmente. Com o passar do tempo os objetos, antes naturais, passam a se qualificar como objetos técnicos, pois o homem mediante o seu trabalho transforma qualitativamente a natureza em um verdadeiro sistema de objetos, que são obedientes à sua vontade, e não ao movimento ecológico como outrora.

As técnicas nesse momento assumem um papel crucial. De fato, no princípio da evolução humana, o homem transformou o seu próprio corpo em uma técnica, a mão humana talvez tenha sido a grande responsável pelos maiores feitos nesta época (ENGELS, 1974). O corpo era a extensão das vontades do ser humano, e estas eram determinadas pelas condições materiais de existência, ou seja, a produção da vida imediata determinava a história, como é de praxe em todas as eras (ENGELS 1956). O corpo funcionava como uma verdadeira técnica em conjunto com um número ainda muito pequeno de instrumentos, estes eram também considerados responsáveis imediatos pela manutenção da vida, ao ponto de Engels afirmar que “O trabalho começa com o fabrico de ferramentas” (ENGELS, 1974, p. 178).

Para situar melhor a discussão das técnicas, pode-se afirmar que estas “são um conjunto de meios instrumentais com os quais o homem realiza a sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2014a, p. 29). Se se parte do pressuposto de Milton Santos de que toda ação exige imediatamente uma técnica, logo, as técnicas são concebidas como uma condição fundamental na produção da vida material, aliás, trabalho e técnica não se dissociam, mas estas são sempre um meio, se relacionadas ao trabalho propriamente dito.

As técnicas, como foi dito, são uma condição. Todavia, esta qualificação não dá a este ente a autonomia sobre os homens; elas (as técnicas) dependem, em última instância, da vontade humana, uma vez que “a vida não é um produto da Técnica, mas da Política, a ação que dá sentido à materialidade” (SANTOS, 2013, p. 35). A política que comanda as técnicas não pode ser de forma alguma promovida por um único indivíduo, mas sim pela constelação de seres organizados em grupo, o que quer dizer a sociedade; esta, por sua vez, tendo por base as relações de produção.

Engels anunciava que o progresso em diferentes níveis e em várias direções efetuado pelos mais diversos grupos, e nos mais diversos tempos, contribuiu para o surgimento concomitante ao homem acabado daquilo que se denomina sociedade (ENGELS, 1974). A sociedade é a marca de toda a evolução até então precedida, ela própria nessa perspectiva pode ser vista como um resultado do trabalho humano, que inevitavelmente conduziu à cooperação entre os homens por meio da linguagem e das necessidades materiais. A sociedade é uma totalidade, a sua existência é um marco da vida do ser humano na Terra, ela é senão a responsável, a partir de um dado momento,

pela concepção dos códigos morais, políticos e jurídicos, além de ser a bases das relações econômicas que dominam a vida cotidiana dos homens e, por conseguinte, a sua relação com a natureza.

A agricultura se coloca como uma agente formadora do espaço. As primeiras sociedades deixam de ser imediatamente nômades para assim aderirem ao sedentarismo, que só foi possível graças à domesticação dos animais, à agricultura e à domesticação do próprio homem (SPOSITO, 2008). Por isso Ruy Moreira (2008, p. 42) assevera que:

Com a agricultura, o homem dá outra arrumação espacial à natureza (através da domesticação das plantas e dos animais) e assim cria os territórios (através da guarda organizada, das provisões em silos e celeiros, da apropriação intencional dos solos e da água, do ordenamento dos caminhos e das localizações).

A produção social do espaço geográfico a partir do desenvolvimento do sedentarismo é um dado marcante para a humanidade, pois desse momento em diante a produção ganha proporções maiores do que antes, eis que surge a divisão do trabalho, que de início se baseava apenas em termos sexuais e de idade. Os objetos deixam pouco a pouco de ser extensões do homem para e se tornarem cada vez mais apêndices da própria natureza (SANTOS, 2012). A agricultura faz parte de uma cadeia evolutiva da sociedade, por isso não deixa de ser um fato histórico; ela “veio acrescentar-se à caça e à criação”, depois a ela mesma “vieram acrescentar-se a fiação, a tecelagem, o trabalho dos metais, a olaria, a navegação” (ENGELS, 1974, p. 180). O homem tem uma história à montante e à jusante da agricultura, todavia, o surgimento dessa atividade é um marco, já que finalmente a sociedade passa a produzir de forma enfática e materialmente visível o espaço.

A agricultura é uma forma de o homem produzir e reproduzir a sua vida material, ou seja, a sua existência física e as relações entre os indivíduos que compõem o grupo. A produção se torna um ato tão importante para o homem quanto o ar que ele respira. O espaço geográfico é fruto dessa relação dialética entre os homens e a natureza exterior a ele. Nesse tocante “Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço” (SANTOS, 2014b, p. 96-97).

Desse modo, essa atividade se torna uma força motora no desenvolvimento da humanidade, as técnicas inerentes a esse segmento também atuam de forma precisa de

acordo com o modo de produção em vigor. De fato, o processo de *antropização* da natureza, se torna a cada dia mais o processo de sua tecnificação, por conseguinte, a natureza passa a ser considerada como um dado social, concebida através do trabalho de um número cada vez mais crescente de indivíduos, e nesse processo de desenvolvimento não há separação do homem e a natureza, afinal de contas, como afirma Santos (2014b), a natureza se socializa e o homem se naturaliza no meio ambiente construído.

A renda da terra e o território no período feudal

O modo de produção feudal na Europa ocidental consistiu em uma época, cujas características tinham como marca fundamental a dominação da superestrutura ideológica, por meio da religião. É típico dos modos de produções terem essa complexidade, engana-se quem pensa ser um modo de produção apenas um conjunto de ideias e realidades econômicas. A infraestrutura econômica, por ser a base, como em todo caso, determinava em última instância a realidade material, já que o domínio do excedente nunca deixou de ser o objetivo das classes dominantes (senhor, realeza e clero).

Nessa fase da história europeia pode-se notar um intercâmbio fluido entre a base econômica e a superestrutura social, assim, a determinação era econômica, mas a dominação era ideológica. Porém, toda dominação tem uma finalidade econômica direta ou indiretamente; “as relações econômicas traduzem os interesses materiais mais fortes de uma coletividade humana qualquer. Mas os interesses materiais estão presentes também nas outras esferas da vida social: na política, no direito, na religião, nas artes etc” (MALAGODI, 1988, p. 32).

A dominação do homem pelo homem conduz à criação de dois polos: o dos produtores diretos e o dos que vivem à custa dos que produzem. A raiz desse processo é a monopolização do excedente por meio da coerção, que culminou na criação do Estado, um organismo intencionalmente criado para exercer o domínio de uns sobre outros, e equalizar os antagonismos entre as classes sociais que surgiam (ENGELS, 1984).

A partir do século IX toda a Europa Ocidental se envolveu em um processo de introspecção, sobretudo devido a fatores exógenos, como as invasões árabes, que chegaram a dominar a península ibérica durante séculos. Essa parte do continente passou a ter um caráter eminentemente agrícola, onde era “a terra a única fonte de subsistência e

a única condição de riqueza” (PIRENNE, 1965, p. 13). O trabalho nessa fase da história assumiu um caráter cativo: os camponeses tinham a terra como meio de produção, mas não dominavam a circulação do excedente por eles produzido. Tal fato estava alicerçado na dominação ideológica e em outras formas de coerção extraeconômica.

O feudo foi a saída encontrada para sanar em parte as consequências das grandes investidas de outros segmentos do estrato social feudal e, a agricultura camponesa passou a ser a grande responsável pela manutenção da vida de todos os membros daquela sociedade, uma atividade ligada diretamente ao uso do território pelos produtores diretos.

Tôdas as classes da população, desde o imperador, que não possuía outras rendas além das de suas terras, até ao mais humilde de seus servos, todos viviam, direta ou indiretamente, dos produtos do solo, fôssem êles fruto de seu trabalho, ou consistissem, apenas, no ato de colhê-los e consumi-los. Os bens móveis já não tinham nenhum valor econômico (PIRENNE, 1965, p. 13).

No feudalismo, as forças produtivas desde o começo foram superiores às forças produtivas do período escravista que o precedeu na Europa; isso se deve não só pelo fato de ter-se utilizado instrumentos de trabalho mais sofisticados, mas também devido ao fato de que no período feudal, o trabalhador estava mais empolgado pelo seu trabalho como servo do que outrora como escravo (STUCHEVSKI; VASÍLIEV, 1978). Demonstra-se assim que apesar de toda a dominação do modo de produção feudal, esse modo de produção conseguia ser menos tormentoso aos produtores diretos do que o sistema escravista. As investidas de outros povos sobre a Europa não proporcionavam mais as condições necessárias ao emprego das relações de produção escravocratas, abrindo brecha à servidão.

O modo de produção feudal tinha maiores possibilidades de desenvolver as forças produtivas que o modo de produção escravista porque, ao contrário dos escravos, os principais produtores diretos (camponeses, artesões em dependência feudal) tinham um certo interesse em seu trabalho: eram proprietários de parte dos meios de produção, o que lhes permitia levar sua exploração de maneira independente (cultivo da terra, criação de gado, artesanato, etc.) e satisfaziam alguns impostos que o senhor feudal lhes impunha (BIRIUKOVITCH; LEVITSKI, 1982, p. 164).

Nesse momento da história houve um processo que há muito se qualificou como *retrocesso urbano*. As cidades que sobreviveram não tinham como característica ser a morada da maioria das classes sociais, mas, em quase todos os casos, a morada de uma classe predominante, o clero (PIRENNE, 1965). Esse processo demonstra como a

população rural se tornara, de fato, a detentora da grande maioria das forças produtivas daquele momento, já que “provavelmente, não nos afastaremos muito da verdade supondo que, no conjunto da Europa, a população urbana, desde o século XII até o século XV, nunca foi muito superior à decima parte do total dos habitantes”. Assim, “Seja como for, é absolutamente exato afirmar que, do ponto de vista demográfico, a sociedade da Idade Média é essencialmente agrícola” (PIRENNE, 1965, p. 64-65). Esta razão de ser e de existir da sociedade feudal tornou o respectivo território e conseqüentemente o seu uso uma teia de relações desenvolvidas essencialmente no subespaço agrário.

A terra passou a ser o *locus* de toda produção material que sustentava aquela sociedade. O território usado compreendia os feudos, sendo cada um com seu senhor e seus respectivos vassallos. Nos feudos, a rigor, havia uma divisão territorial que visava à produção camponesa de modo a garantir ao senhor a apropriação do excedente; nessa organização existiam *os campos de cultivos, as parcelas individuais, os campos comuns, as pastagens, as florestas, além dos terrenos baldios*. Tais divisões tinham como premissa básica, servir em grande parte à exploração dos servos pelo senhor através dos censos que lhes eram impostos. Segundo o historiador belga Henri Pirenne, as terras destes latifúndios tinham extensões que se aproximavam de 4000 hectares. Entretanto, “muitos deles tinham com certeza uma superfície muito superior” (PIRENNE, 1965, p. 66). O território enquanto suporte material da vida assume, nesse período, aquelas mesmas dimensões do acontecer de que fala Milton Santos, já que segundo o autor, o território é base onde tudo acontece, todas as ações e demais condições determinantes para existência humana. É “onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 1999, p. 7).

Cada feudo devido à sua extensão e demarcação era ao seu modo um território, pois a delimitação é um dos mais acentuados requisitos à existência de um território. De um modo geral, o território é estável em seus limites, sobretudo pelo fato de ter sido uma linha construída e traçada através do diálogo ou por meio do conflito, o que, todavia, não o limita a ter a mesma proporção durante toda a história, mas, em algum momento ele representa um dado fixo (SANTOS, 2012).

No regime senhorial o uso do território era em grande parte determinado pela necessidade de proteção dos servos em consonância com as necessidades materiais do

senhor. Havia a predominância de uma economia natural, onde a troca era apenas uma eventualidade, pois

[...] a produção visava essencialmente à satisfação das necessidades pessoais do produtor e de sua família, onde havia relações de dependência, como no campo, satisfazia igualmente as necessidades do senhor. Mas não havia troca e os produtos não revestiam, pois, a forma de mercadoria. A família do lavrador produzia quase tudo de que necessitava, as roupas como os alimentos (ENGELS, 2011, p. 82).

O uso do território delimitado e fragmentado pelo povo, segundo Santos (2012), “cria espaço”. O espaço geográfico à época do feudalismo era socialmente produzido dentro de cada feudo, e como é de praxe na história da humanidade havia a opressão de uma classe sobre outra, uma vez que “a exploração do homem supõe a vontade de empregá-lo como instrumento, a fim de chegar ao máximo do seu rendimento” (PIRENNE, 1965, p. 70). A exploração do homem pelo homem nesse contexto conduz a discussão à análise da renda da terra, para a qual um mecanismo de coerção extraeconômico fora desenvolvido. Marx dizia que toda renda da terra é uma espécie de mais-valor, é fruto do mais-trabalho, ou melhor, “é ainda diretamente mais-produto em sua forma não desenvolvida, a renda *in natura*” (MARX, 2017, p. 696).

O trabalho excedente do camponês era açambarcado pelo senhor mediante um sistema de exploração: a *corveia*, uma prática perene durante todo o regime. Ela consistia no trabalho exercido gratuitamente pelo vassalo ao suserano durante alguns dias da semana nos domínios senhoriais; era a renda em trabalho. Assim, a corveia compreendia uma forma de explorar o excedente da força de trabalho do camponês. Porém, os servos não eram explorados ao ponto de não conseguirem reproduzir a própria força de trabalho, pois a subsistência do campesinato estava em grande parte pautada naquilo que se denominou *indústria doméstica*.

[...] o produto de quem efetua esse trabalho servil tenha de ser suficiente para repor, além de sua subsistência, suas condições de trabalho, é uma circunstância invariável em todos os modos de produção, porquanto não deriva de sua forma específica, mas é uma condição natural de todo trabalho contínuo e reprodutivo em geral, de toda produção contínua, que é sempre, ao mesmo tempo, reprodução, isto é, reprodução das próprias condições de seu agir (MARX, 2017, p. 851).

Ao mesmo nível da corveia existia a *talha*, encargo que consistia na entrega de parte da produção camponesa ao senhor feudal, ou seja, a renda em espécie. Além destes

encargos já citados, o senhor feudal tinha ainda outras formas de subjugar os seus vassalos como, por exemplo, por meio das *banalidades*. As ditas banalidades “[...] obrigavam os vilões a moerem no moinho do senhor, a fabricar a cerveja na sua cervejaria e a pisar a uva no seu lagar”, desse modo, “as taxas que se lhes exigiam por tudo isso tinham, pelo menos, uma compensação: a faculdade de utilizar as instalações feitas pelo senhor” (PIRENNE, 1965, p. 72-73), Compreende ainda “a fração da produção entregue pela cessão da terra e pelo uso do moinho rendas-em-produto, transferidas dos camponeses ao senhor feudal” (OLIVEIRA, 1987, p. 16).

De acordo com Marx (2013), a renda em espécie representa um grau de evolução cultural do produtor direto, pois a separação entre o período em que o camponês trabalhava para si e os dias que ele servia integralmente ao senhor é rompida, sendo unificada pela produção propriamente dita. “o trabalho do produtor para si mesmo e seu trabalho para o proprietário fundiário deixam de estar visivelmente separados no tempo e no espaço” (MARX, 2013, p. 855). Entretanto, o território tinha o seu uso modificado no espaço e no tempo.

Estas formas de exploração no regime feudal coincidiam diretamente com o processo de apropriação da renda da terra. Mas essa estrutura chegou ao fim como já se sabe. O camponês que outrora era dono, mesmo que relativamente, dos seus meios de produção teve na expropriação da *acumulação primitiva* uma tormenta tão terrível quanto à subjugação ao senhor da qual outrora estava sujeito. Era o capitalismo nascendo nas entranhas do antigo modo de produção.

A acumulação primitiva do capital consistia na separação dos produtores diretos dos seus meios de trabalhos e, tal fato conduziu a um “[...] processo, que por um lado, transformou em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converteu os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (MARX, 2013, p.786). Uma outra forma de contato com a natureza na agricultura estava em vias de implantação, não pelas antigas formas camponesas, mas nos moldes do progressivo modo de produção que estava surgindo.

Portanto, a renda da terra sob o feudalismo era auferida no território senhorial sob uma forte dominação extraeconômica. O uso do território se dava em meio a um ambiente de introspecção pelo qual a Europa Ocidental passava após as investidas dos povos bárbaros, fato este responsável pelo surgimento de configurações territoriais

majoritariamente agrárias. A exploração da classe dos produtores diretos se dava principalmente na agricultura, por isso a renda da terra, enquanto produto imediato do mais-trabalho era alcançado mediante o uso agrícola do território sob a determinação econômica, em conjunto com uma forte dominação ideológica.

O trabalho gerador de riqueza que se cristalizava no território era entendido como uma “dádiva” de Deus, da mesma forma que a terra. O território tinha o seu uso intensificado não pela vontade dos camponeses, mas sim devido à obrigação que estes tinham de sustentar as classes não-trabalhadoras. A sociedade de classes determinava a aparição da renda da terra (seja ela em espécie, trabalho ou em dinheiro); fato este possível graças à utilização do território pelos camponeses submissos a um determinado senhor. Utilizar o território no modo de produção feudal significava para os camponeses gerar rendas aos nobres e membros do clero, pois naquela sociedade a única fonte de riqueza era o trabalho efetivado na terra.

O sistema capitalista e o território da agricultura

A derrocada do feudalismo na Europa acompanhou-se do surgimento do novo modo de produção, o capitalismo, que, a princípio, soube se ajustar e evoluir diante das relações de produção pretéritas ao seu domínio. Desde sempre o modo de produção burguês foi contraditório em sua evolução. O capital comercial se condicionou como propulsor da gênese desse sistema, mas como se sabe o seu campo de ação estava ligado essencialmente à esfera de circulação de produtos, e não ao processo produtivo propriamente dito. Por isso Marx asseverou que o capital comercial em si “não gera mais-valor nenhum, está claro que o mais-valor que lhe corresponde na forma de lucro médio constitui uma parte do mais-valor gerado pelo capital produtivo total” (MARX, 2017, p. 324). Assim, o campesinato, ainda feudal, sofreu uma exploração que garantiu a fase primitiva do capitalismo.

Parece ter sido uma necessidade histórica o fato de o capital ter surgido desta forma e nessas condições. Marx dizia que essa dominação advinda da esfera da circulação é antes de tudo uma condição. Portanto, “o capital pode se formar no processo de circulação e tem necessariamente de se formar nele antes de aprender a controlar seus extremos, as diversas esferas da produção, mediadas pela circulação” (MARX, 2017, p.

372). O comércio foi o grande responsável pela ruína do feudalismo, já que controlando a circulação das mercadorias, o capital pôde, com o passar do tempo, ganhar corpo e fôlego para apoderar-se de todas as esferas da produção. Logo, “o comércio foi o pressuposto para a transformação da indústria corporativa e doméstica-rural e da agricultura feudal em empresa capitalista” (MARX, 2017, p. 380).

Com relação ao campesinato, houve o controle por agentes burgueses da circulação do excedente produzido pela unidade familiar, como já mencionado. O excedente já não era mais fruto da ocasionalidade e sim da dependência em que os antigos servos estavam sendo mergulhados: a dependência do mercado. Era a transformação do camponês em agricultor, e isso acarretou em uma nova metamorfose da renda da terra (OLIVEIRA, 1987). Nessa conjuntura,

Ao mesmo tempo que crescia a necessidade pecuniária do lavrador, também crescia essa mesma necessidade entre os poderosos que exploravam o camponês; crescia entre os senhores feudais e os príncipes, e entre outros detentores do poder do Estado. Isso levou naturalmente à conversão do imposto em espécie, imposto em produtos naturais agrícolas, em impostos recolhidos em dinheiro. Levou também à tendência de se elevar cada vez mais esses impostos. Com isso a demanda de dinheiro cresceu naturalmente muito mais ainda (KAUTSKY, 1998, p.40).

O camponês necessitava de transformar os seus produtos em mercadorias, para que assim pudesse trocá-los pelo equivalente geral: o dinheiro. Uma vez que o pagamento em dinheiro se tornava a única forma de recebimento da renda territorial pelos senhores, o produtor direto estava dependente de uma dinâmica comercial “extra feudo”. Surge nesse momento a figura do comerciante moderno, o agente responsável pela comercialização da produção camponesa, já que os vilões encontravam-se na maioria das vezes distantes dos mercados de consumo onde poderiam comercializar seus excedentes.

Todo esse processo deu brecha para vários tipos de exploração. O vassalo, por exemplo, se viu forçado a contrair empréstimos para cobrir as explorações senhoriais, bem como a dos comerciantes (atravessadores). O capitalismo evoluía sem ter no seio da agricultura, relações de produção propriamente capitalistas. No passado e até mesmo na atualidade “o capital lança mão da criação e recriação das relações não-capitalistas de produção para realizar a produção não-capitalista do capital” (OLIVEIRA, 1987, p. 29). Mesmo na atualidade, o capitalismo não proporciona um uso do território apenas pela disseminação de relações de produção tipicamente burguesas, mas também pela

comutação de outras formas de usos não-capitalistas; esse ponto será tratado mais adiante em relação ao campesinato atual.

Nesse estágio de transição, o capitalismo esteve como uma força renovadora, que por intermédio do comércio criou o controle da produção existente, obrigando os camponeses a se dedicarem às condições da evolução da sociedade (LÊNIN, 1988). A sua primeira forma de aparição foi um “misto” entre capitalismo e as velhas relações do feudalismo. Na Rússia, por exemplo, esta foi a única forma possível de substituição progressiva de um modo de produção pelo outro, ou seja, entrelaçando, “combinando e associando traços da corvéia e do sistema capitalista” (LÊNIN, 1988, p. 125). Esse processo histórico conduziu com o passar do tempo à expropriação camponesa, em favor do que Marx denominou “acumulação primitiva”.

Tal expropriação deveu-se ao fato de “a monetização das rendas feudais” ter aberto “a possibilidade para o arrendamento da terra em troca de pagamento em dinheiro e, finalmente, para a compra e venda da terra como uma mercadoria”. Desta maneira, “o capital de base urbana pode penetrar na zona rural e transformar as relações sociais ali” (HARVEY, 2013, p. 444). O camponês ficou a mercê de novas relações sociais de produção que lhes eram alheias e maléficas e, o campesinato tornou-se um empecilho para a nova agricultura capitalista que estava surgindo na Europa.

O antigo senhor feudal passou a ser um típico proprietário de terras, figura memorável no capitalismo. O arrendatário se estabeleceu como responsável pelo pagamento da renda em dinheiro ao proprietário em função do uso de suas herdades. O camponês, por sua vez, se via em um beco sem saída, pois já não tinha mais condições de pagar todos os encargos que lhes era cobrado. Inicia-se, por conseguinte, o processo de expropriação camponesa. Tal fato fortaleceu ainda mais o capitalismo, pois a “expropriação e a expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistências e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno” (MARX, 2013, p. 818).

Eis que surge nas cidades recém-saídas da Idade Média um volumoso exército industrial de reserva, que pressionava os trabalhadores efetivos à respectiva permanência nos seus postos de trabalho, contribuindo diretamente para ascensão progressiva de baixos salários pagos pelo seu labor. Essa massa de trabalhadores nos espaços urbanos, a

medida que empregavam sua força de trabalho tornavam-se uma espécie de consumidores das mercadorias produzidas por eles mesmos.

Vladimir Lênin estudou esse processo na Rússia e o qualificou como a “desintegração do campesinato”. Nesta realidade uma “burguesia camponesa” ergueu-se ao passo que uma classe de assalariados rurais se constituiu a partir da ruína de camponeses pobres, por meio de uma diferenciação social dentro da própria classe camponesa. O “campesinato antigo não se ‘diferencia’ apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural”, esta nova estrutura é o alicerce “[...] de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista”. Tal sociedade caracterizava-se por ser portadora de novos tipos de classes que compreendia a “[...] burguesia rural (sobretudo o pequeno burguês) e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados” (LÊNIN, 1988, p. 114). Lênin também acreditava que esse processo iria culminar na criação de um mercado interno, pois a liberação de uma parcela dos produtores diretos e, conseqüentemente, dos seus respectivos meios de produção para outras mãos, os tornariam imediatamente capital. Os novos donos destes meios produziram como mercadorias os produtos outrora laborados pelo campesinato expropriado, ou seja, “vale dizer: ampliam o mercado interno” (LÊNIN, 1988, p. 16). E vai mais além dizendo que:

A formação e o desenvolvimento da burguesia camponesa criam o mercado de duas maneiras: de um lado, e essencialmente, por conta dos meios de produção (mercado do consumo produtivo), porque o campesinato rico se esforça por converter em capital os meios de produção que “acumula” em detrimento dos proprietários fundiários “empobrecidos” e dos camponeses arruinados. De outro lado, um mercado se forma aqui por conta do consumo pessoal como decorrência da ampliação das demandas dos camponeses mais abastados (LÊNIN, 1988, p. 118).

A agricultura como um todo passava a se comportar de acordo com as novas realidades que o sistema capitalista trazia à tona. Uma nova logística da produção estava sendo criada. O antigo sistema de três afolhamentos utilizado no período feudal passava a se tornar um “entrave” à produção capitalista, como descreveu Kautsky, uma vez que “a par da necessidade de ampliação da produção de gêneros alimentícios também havia a necessidade de adaptar a produção à demanda do mercado”. Tal necessidade era, “incompatível com o modo de produção tradicional, pelo menos sob o ponto de vista dos grandes agricultores que produziam um excesso significativo para o mercado”

(KAUTSKY, 1998, p. 59). A agricultura passou a ser submetida à indústria até então mais desenvolvida e, um progresso inovador se instalava também no campo,

Um dos grandes resultados do modo de produção capitalista é que, por um lado, ele transforma a agricultura, de mero procedimento tradicional, de natureza empírica e mecânica, praticado pela parte menos desenvolvida da sociedade, numa aplicação científica consciente da agronomia, na medida em que isso é possível, em geral, dentro das condições dadas com a propriedade privada (MARX, 2017, p. 678).

Com os constantes arrendamentos, a terra tornava-se uma mercadoria. “À medida que os produtos do solo se convertiam em mercadorias e adquiriam um valor de mercado, também o próprio solo se convertia em mercadoria dotada de valor” (KAUTSKY, 1998, p. 48). O fato de a terra ser livremente intercambiada, converter-se-ia em mercadoria do tipo “exclusiva”, uma vez que ela não é fruto do trabalho humano e, por conseguinte não poderia possuir um valor. Para o investidor que adquire uma parcela de terra, a renda oriunda de seu uso aparece como uma espécie de juros sobre o dinheiro investido em sua aquisição. Assim, o montante empregado inicialmente se qualifica como um capital que rende juros; a terra se transforma em uma espécie de *capital fictício*, ao passo que o seu mercado funciona como um ramo diferente dos demais, o que quer dizer da esfera da circulação de capital que produz juros (HARVEY, 2013).

Para o proprietário fundiário, “a renda representa o juro do capital que a terra lhe custou, ou que ele obteria se a vendesse. Mas, comprando ou vendendo terra, ele só compra ou vende a renda” (MARX, 2009, p. 180). Pensou-se durante muito tempo que no capitalismo a renda territorial seria uma forma de lucro-extra advindo das condições físicas inerentes ao uso de uma parcela do território. Porém, “toda renda fundiária é mais-valor, produto de mais-trabalho. É ainda diretamente mais-produto em sua forma não desenvolvida, a renda *in natura*” (MARX, 2017, p. 696). Em todo caso, “a renda resulta das relações sociais nas quais se realiza a exploração. Ela não poderia resultar da natureza mais ou menos sólida, mais ou menos durável da terra. A renda não provém do solo, mas da sociedade” (MARX, 2009, p. 182). Os elementos materiais do território não produzem a renda, mas apenas servem de sustentáculos para a exploração do homem pelo homem. Nessa tessitura, o uso do território é igualmente o uso da força de trabalho como mercadoria.

A terra é um objeto de produção utilizado para justificar a exploração do outro; não por sua natureza, mas pela ideologia em que essa força produtiva se encontra mergulhada. “Para funcionar no meio capitalista, os meios de produção devem previamente tomar a qualidade de capital, de meios de exploração da força de trabalho” (ENGELS, 2011, p. 88). A transformação da terra em mercadoria lhe atribuiu características novas, como a de ter um preço, bem como a de servir como um meio à exploração do homem pelo homem, assim como nos modos de produção anteriores. Já a renda, que condiz uma das formas de extração da mais-valia se coloca como condição para imposição de um determinado “valor” a terra, uma vez que, o preço dela está intimamente relacionada à sua capacidade de produzir excedente, ou melhor, o seu valor de mercado é uma espécie de *renda capitalizada* (MARX, 2017; KAUTSKY, 1998; OLIVEIRA, 1987).

A desvalorização do trabalhador é uma condição para a elevação dos preços de mercado das terras. Este pensamento possui seu aporte em Marx quando diz que “o aumento do valor da terra é idêntico à desvalorização do trabalho, isto é, o alto nível do preço da terra é igual ao baixo nível do preço do trabalho” (MARX, 2017, p. 690). O trabalho é o grande responsável pela renda territorial, mais especificamente, o trabalho não-pago, sinônimo de mais-valia.

A capacidade produtiva do ser humano como tem se mostrado ao longo da história é bem maior do que as suas necessidades materiais, individuais e de existência. O excedente da força de trabalho chama-se “mais-trabalho” que, por seu turno, gera o “mais-produto”, uma produção extra em espécie, que no capitalismo é absorvida pelos detentores dos meios de produção, sendo cristalizada na mercadoria final, onde assume o rótulo de “mais-valia”, sinônimo de trabalho não-pago. Esse trabalho extra não remunerado é o responsável pelo sustento da classe dos que não trabalham. Talvez seja por isso que Marx tenha concordado com os fisiocratas em relação ao papel da produtividade do trabalho na agricultura, alegando que:

[...] os fisiocratas têm razão ao dizer que, de fato, toda produção de mais-valor, e portanto também todo desenvolvimento do capital, de acordo com sua base natural, repousa sobre a produtividade do trabalho agrícola. Se os homens não fossem capazes de produzir numa jornada de trabalho mais meios de subsistência, ou seja, em sentido estrito, mais produtos agrícolas, do que cada trabalhador necessita para sua própria reprodução, se o dispêndio diário de sua força inteira de trabalho só bastasse para produzir seus meios individuais de

subsistência mais indispensáveis, então não se poderia absolutamente falar de mais-produto, nem de mais-valor (MARX, 2017, p. 846).

O trabalho humano é de fato o grande responsável, em última instância, pela produção da renda da terra. A velha tese de David Harvey de que “a força de trabalho é, afinal, a única mercadoria fundamental para todo o sistema de produção capitalista” (HARVEY, 2013, p. 233), se confirma. Vários elementos influenciam na produção da renda da terra, tais como a fertilidade natural do solo, localização, o monopólio e a conseqüente elevação artificial dos preços. Entretanto, o mais-trabalho, ainda assim é o grande responsável pela produção do mais-produto a ser convertido em renda territorial.

A renda da terra capitalista, de um modo geral, não se difere das formas encontradas em outros modos de produção anteriores, pois a sua base se assenta sempre na apropriação do excedente produzido pela força de trabalho alheia. No sistema burguês a meta a ser alcançada é a produção de mais-valia e não a produção de alimentos em si. É o rendimento que a comercialização destes produtos pode proporcionar no mercado que interessa, ou seja, “a mais-valia é o fim último e o motivo que impulsiona o produtor capitalista” (LUXEMBURGO, 1970, p. 17). Deriva daí a constante ampliação das áreas de cultivo em países como o Brasil. O território passa ser utilizado massivamente em virtude dos ditames do comércio.

Portanto, a renda da terra no capitalismo não é nada mais do que uma forma de uso do território. Alicerça-se na anarquia produtiva, cujas rédeas regulatórias encontram-se nas leis de mercado, e não no bem-estar social. O território é usado em virtude do interesse de poucos atores. Aqueles que trabalham não são donos daquilo produzem, por isso a renda se apresenta como uma parte da mais-valia apropriada não pelos trabalhadores, mas pelos proprietários de terras. A desordem desse modo de produção acarreta no surgimento de configurações territoriais indiferentes aos anseios das populações locais. As monoculturas justificam apenas a busca por rendimentos de uma elite que não trabalha. A renda da terra no modo de produção burguês caminha lado a lado com a anarquia que impera na produção tipicamente capitalista.

Por isso, tanto no capitalismo quanto no feudalismo, o mais-trabalho é apropriado pela classe dos que não trabalham, assim como a renda fundiária baseia-se na escamoteação do trabalho excedente dos produtores diretos. Lênin certificou que a diferença da renda em dinheiro auferida no período feudal em relação à renda capitalista

está no fato de que, no feudalismo esta era uma condição necessária à existência do camponês, detentor de grande parte dos meios de produção, ao passo que na égide do capitalismo este trabalhador é transformado em trabalhador assalariado livre e sem a posse de nenhum meio de produção (LÊNIN, 1988).

No seio das relações capitalistas na agricultura exige-se o dispêndio de um montante de capital destinado ao pagamento dos salários dos trabalhadores rurais, denominado capital variável. Esse salário nada mais é do que “[...] um nome especial dado ao preço da força de trabalho, a que se costuma chamar *preço do trabalho*; é apenas o nome dado ao preço dessa mercadoria particular que só existe na carne e no sangue do homem” (MARX, 2010b, p. 34).

O capital variável é o responsável pela produção da mais-valia, pois de nada adiantaria ao agricultor capitalista ter um solo de boa qualidade ou bem localizado se não possuísse braços aptos para o labor da terra. O investimento em salários é a garantia da exploração, já que a remuneração não é “*uma cota-parte do operário na mercadoria por ele produzida*”. O salário é na verdade uma “*parte de mercadoria já existente, com a qual o capitalista compra, para si, uma determinada quantidade de força de trabalho produtiva*” (MARX, 2010b, p. 35). Por esse motivo a força de trabalho se torna determinante; a natureza orgânica-material das pessoas faz com que o salário seja determinado pelos “[...] custos de produção da força de trabalho”, que são na verdade, “[...] *custos de existência e de reprodução do operário*. O preço desses custos de existência e de reprodução constitui o salário” (MARX, 2010b, p. 44).

O pagamento recebido pelo trabalhador é sempre cotado no menor nível possível, de modo a garantir apenas a sua subsistência, e quando muito a de sua família minimamente. Assim, a força de trabalho se torna “[...] uma fonte de mais valor do que ela própria possui” (ENGELS, 2010, p. 28). O proprietário da força de trabalho nunca recebe por aquilo que produz na totalidade. Em outras palavras, nunca é remunerado de acordo com o valor total por ele produzido, mas apenas pela parte da jornada destinada a cobrir os custos referentes à sua reprodução como trabalhador. Desse modo, o capitalista tem sempre à disposição uma parte excedente de tempo de trabalho transformada em mais-produto, que se converterá em renda territorial. Por isso Marx é enfático ao dizer que no modo de produção burguês “reivindicar uma *retribuição igual*, ou simplesmente uma *retribuição*

equitativa, na base do sistema de trabalho assalariado, é o mesmo que pedir *liberdade* na base do sistema escravocrata” (MARX, 2010a, p. 112).

O capital variável despendido no processo produtivo da agricultura tem a mesma finalidade do que é investido na produção industrial, pois visa à produção de mais-valia. Ele também passa por uma metamorfose durante os estágios da produção, ou seja, “quando o capitalista paga os salários, não entrega capital variável, que passa às mãos dos operários, para transformar-se em renda, mas entrega a forma de valor de seu capital variável contra sua forma natural, a força de trabalho” (LUXEMBURGO, 1970, p. 50).

Todo mais-trabalho gerado na esfera da produção agrícola se dividirá em lucro e renda, a renda sendo um tributo pago aos proprietários de terras para que o uso de parcelas territoriais seja assegurado. Portanto, quando capitalista paga “[...] a renda ao proprietário, não está *produzindo* nada; está distribuindo uma parte da mais-valia que extraíra dos seus trabalhadores. Por isso, a renda capitalista da terra não nasce na *produção*, mas sim na *distribuição* da mais-valia” (MARTINS, 1995, p. 163). A distribuição, por outro lado, “é, em todo caso, o resultado necessário das condições de produção e troca de determinada sociedade, bem como das precondições históricas dessa sociedade” (ENGELS, 2015, p.183).

Atualmente, a própria agricultura capitalista se torna uma espécie território, haja vista as grandes extensões de monoculturas de soja em um país como o Brasil, por exemplo. No espaço da apropriação de renda, o território tem o seu uso dado como *recurso* ilimitado, servindo fortemente aos anseios do capital. Tal uso não tem por finalidade a manutenção da vida, mas sim a produção de mercadorias, ou seja, a produção de valores de troca. Marx disse que as mercadorias são comercializadas de acordo com o seu valor, que pode ser expresso através de sua forma nominal, o preço. Todavia, preço e valor podem não coincidir, pois este último é determinado pelo tempo socialmente necessário cristalizado numa mercadoria, ao passo que o primeiro pode estar sujeito às oscilações da lei da oferta e da procura. Existe no capitalismo uma produção por parte de inúmeros produtores individuais sem que haja regulação alguma, onde a troca se torna o único fator social capaz de uni-los (LUXEMBURGO, 1970).

Na agricultura a lei do valor de Marx se aplica da mesma forma como na indústria. Entretanto, há de se ressaltar que a terra, por não ser produto de nenhum trabalho humano anterior, não possui valor, por isso, quando o capitalista explora essa força produtiva, ele

apenas cultiva a sua capacidade de produzir renda. A forma *diferencial* da renda da terra dá uma noção de como esta categoria econômica se entrelaça à teoria geográfica, pois ela nada mais é do que uma espécie de lucro extra que “se transforma em renda do solo quando duas quantidades iguais de capital e trabalho são empregadas em terrenos de mesmo tamanho e com resultados diferentes” (MARX, 2017, p. 713). Os dois elementos responsáveis aparentemente pela diferença dos resultados é a “localização” e a “fertilidade natural” das terras. Todavia, “um terreno pode estar muito bem situado e ser muito pouco fértil, e vice-versa” (MARX, 2017, p. 714). Esta é uma problemática que influencia diretamente na produção do espaço geográfico na atualidade. Assim, o uso do território está condicionado a estas especificidades, o que contribui para um uso desigual do espaço territorial.

Por fim, é claro que o progresso da produção social em geral tem, por um lado, efeito nivelador sobre a localização como causa da renda diferencial, porquanto gera mercado local e, mediante o estabelecimento dos meios de comunicação e de transporte, cria espaço; além disso, ele aumenta as diferenças entre as localizações das terras por meio da separação entre a agricultura e a manufatura e da criação de grandes centros de produção, por um lado, e do isolamento relativo do campo, por outro (MARX, 2017, p. 714-715).

De fato, a renda da terra só se qualifica como tal pelo uso de uma porção do território, ou seja, “a renda do solo se apresenta numa soma monetária determinada, que o proprietário fundiário obtém anualmente do arrendamento de uma porção do planeta” (MARX, 2017, p. 683). É uma forma de institucionalização da propriedade privada. A lógica da renda diferencial, por seu turno, consiste no fato de que:

Na agricultura [...], o que regula o preço de todos os produtos da mesma espécie é o preço do produto obtido com a maior quantidade de trabalho. Em primeiro lugar, não se pode, como na indústria, multiplicar à vontade os instrumentos de produção igualmente produtivos, isto é, os terrenos com o mesmo grau de fertilidade [...]. Como a concorrência nivela o preço do mercado, o produto do melhor terreno será pago ao mesmo preço do produto do terreno inferior. O excedente do preço dos produtos do terreno melhor sobre os custos da sua produção constitui a renda (MARX, 2009, p. 174).

É sob essa lógica absurda que os territórios encontram-se inseridos em todos os países capitalistas. O uso dos recursos “socionaturais” que o território dispõe está baseado não na necessidade imediata de todos os indivíduos formadores da nação, mas sim na cobiça de uma pequena parcela de pessoas. Os elementos naturais de um território são

delimitados pela ação social, e são usados por determinado número de pessoas por motivos exclusivos, “[...] sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político. Território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos” (GOTTMANN, 2012, p. 523). As grandes monoculturas no Brasil, de soja, milho e cana-de-açúcar que, no fundo, têm por finalidade não a segurança alimentar das pessoas, mas a exploração do ser humano, produz riqueza para uma meia dúzia de atores, em detrimento do nível de vida da imensa maioria.

O uso capitalista imposto ao território por meio da agricultura patronal produz e acentua a desigualdade entre os homens, além de fortalecer as contradições desse modo de produção, pois na agricultura, assim como na indústria “o capitalista aparece”, inevitavelmente como “proprietário dos meios de produção. É ele que se apropria dos produtos e deles fazem mercadorias”, e dessa forma, “a produção torna-se um ato social. A troca e, com ela, a apropriação transformam-se em atos individuais: o produto social é apropriado pelo capitalista individual” (ENGELS, 2011, p. 95). Portanto, não são os detentores dos meios de produção os que produzem a riqueza, mas sim a classe trabalhadora, da mesma forma que, não são os trabalhadores que se apropriam daquilo que produzem, mas sim aqueles que por meio de um contrato tiveram acesso à exploração das mercadorias mais valiosas e, exploração da força de trabalho, cuja reprodução extrapola os próprios limites das relações capitalistas (HARVEY, 2013).

Na atualidade, se torna evidente o fato de que o território pode ser utilizado em meio a relações não-capitalistas de produção, sendo o campesinato talvez o exemplo mais notável. A dinâmica tipicamente capitalista não pode ser homogênea em todas as partes que compõem um território e por isso, os diferentes usos empregados a ele estão diretamente ligados à forma de apropriação que será imposta. Os modos de apropriação e de domínio são balizados pela perspectiva de um território como recurso ou como abrigo. Estes pressupostos dão a totalidade do movimento social, pois enquadra todos os atores e sujeitos dentro da realidade atual.

O campesinato usa o território. Todavia, a sua forma de utilizá-lo está imediatamente ligada à sua autoexploração, em condições que garantam, principalmente, a sua reprodução material, por isso é correto afirmar que “a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio” (OLIVEIRA, 1987, p. 68). O território não é nada mais do que um abrigo para esses sujeitos. Dessa forma:

O camponês constitui seu território buscando em primeiro lugar a sua sobrevivência, precisando para isso desenvolver contraditoriamente todas as dimensões da vida – econômico, cultural, social, etc. O espaço que ocupam é seu espaço de vida, que se torna local de morada e de trabalho coletivo e individual e que possibilita a construção de relações humanas com significados e sentidos específicos (NASCIMENTO; MENDONÇA, 2012, p. 6).

Portanto, o camponês enquanto sujeito social não tem sua existência, a princípio, ligada a relações tipicamente capitalistas, mas na sua autoexploração. De acordo com Chayanov (2014, p. 106), “o grau de autoexploração” do campesinato “é determinado por um equilíbrio específico entre a satisfação da procura familiar e a fadiga devida ao trabalho”; por isso, o camponês não tem em mente a utilização da terra, ou seja, do território, como fonte de acumulação de capital, como fazem os capitalistas. Por isso, o campesinato deve ser considerado “uma classe social e um modo de vida especial” (MARQUES, 2008, p. 69).

O capitalismo enquanto modo de produção dominante só prossegue com o seu desenvolvimento mediante a ampliação de suas contradições, e o campo acaba sendo um lugar privilegiado para isto (OLIVEIRA, 2001). Acredita-se que o campesinato é senão uma forma de reprodução das contradições do próprio capitalismo; ele é criado e recriado para que a acumulação de capital possa ser assegurada perenemente (OLIVEIRA, 1987; 2001). Quando os burgueses se apropriam da produção camponesa, na verdade, poupam tempo e dispêndio de capital. Assim, o capital “quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo o trabalho excedente do camponês e sua família em renda capitalizada”, de modo que se apropria “da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista” (OLIVEIRA, 1987, p. 53).

O campesinato enquanto produtor de mais-trabalho encontra-se submetido às regras do capitalismo. A utilização do território por essa classe está condicionada à sua capacidade de autoexploração. A circulação de mercadorias é a responsável direta pela rapina da renda da terra camponesa, uma vez que são os agentes capitalistas os encarregados pela realização do excedente camponês. O pagamento realizado por esse mais-produto é sempre inferior ao seu verdadeiro valor, por isso o camponês sofre do mesmo mal que o proletário. Portanto, a utilização do território por esses sujeitos produz

uma renda territorial, mas que, de uma forma ou de outra, não lhes pertencerá quando for realizada no mercado.

Considerações finais

Em virtude do que foi exposto, cabe finalizar a discussão asseverando que, o conteúdo de um território só pode ser aporte para a análise geográfica através da análise dos usos que lhes são impostos. A sociedade é a grande responsável pela dinâmica territorial, sobretudo devido ao processo de produção em que está inserida. O ser humano inevitavelmente necessita reproduzir a sua vida material e, tal ato, só é possível graças ao diálogo mantido com a natureza. A renda da terra como sendo expressão do mais-trabalho dos produtores diretos figura-se como uma categoria econômica fundamental para o estudo da relação entre território usado e sociedade, pois ela é uma forma de produção do espaço ligada indubitavelmente à estrutura econômica das mais diversas formações sociais passadas e atuais.

Conclui-se, mesmo que parcialmente, que a sociedade em conjunto com a parcela da natureza que lhe cabe, são as responsáveis pela reprodução das condições necessárias ao processo de perpetuação da vida social, ao mesmo passo que são os fundamentos da subdivisão da sociedade em classes sociais. O território é uma arena, cujo conteúdo está carregado de intencionalidade (econômica, política, ideológica) e como se sabe, o econômico na sociedade atual carrega em si os traços da dominação do homem pelo homem. A renda da terra é senão uma das formas como se manifesta o processo de estratificação social, bem como sua maior consequência, a degradação da grande maioria em prol do conforto de uma parcela mínima de pessoas, os senhores feudais, os príncipes, os religiosos, os proprietários de terras etc. Raras vezes na história os verdadeiros produtores foram os donos daquilo que produziram. Toda forma de renda da terra só é possível mediante o uso de uma parcela do território. Sem território não há renda, da mesma forma que sem uma utilização racional da terra não pode haver mais-trabalho, o verdadeiro responsável pela riqueza de toda e qualquer sociedade.

Referências

BIRIUKOVITCH, V.; LEVITSKI, I. A Idade Média. In: PINSKY, Jaime (Org). **Modo de Produção Feudal**. São Paulo: Global, 1982.

CHAYANOV, Aleksandr. Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horacio Martins de. (Org.). **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

ENGELS, Friedrich. Carta de Engels a J. Bloch. **Estudios**, Montevideu, ano I, n 1, febrero\marzo, p. 84-85, 1956.

_____. O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: _____. **A Dialéctica da Natureza**. Tradução: Joaquim Moura Ramos e Eduardo Lúcio Nogueira, Lisboa: Editorial Presença: Livraria Martins Fontes, 1974. (Coleção Síntese).

_____. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. Tradução: Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. (Coleção Perspectivas do Homem; v. 99).

_____. Introdução de F. Engels para a Edição de 1891. In: MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. São Paulo: EDIPRO, 2011.

_____. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. Tradução: Nélio Schneider, São Paulo: Boitempo, 2015, (Marx-Engels).

GOTTMANN, Jean. A Evolução do Conceito de Território. Tradução: Isabela Fajardo e Luciano Duarte. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v 2, n3, p. 523-545, 2012

HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. Tradução: Magda Lopes, São Paulo: Boitempo, 2013.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Tradução: Otto Erich Walter Maas, Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998. (Coleção Pensamento Social Democrata).

LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução: Paulo Bezerra, São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Colectiva**: para uma antropologia do ciberespaço. Tradução: Fátima Leal Gaspar e Carlos Gaspar, Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação de Capital**: estudo sôbre a interpretação econômica do imperialismo. Tradução: Moniz Bandeira, Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1970.

MALAGODI, Edgard. **O que é Materialismo Dialético**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos; 206).

MARQUES, M. I. M. Agricultura e Campesinato no Mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e Território em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINS, José de Souza. A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária. In: _____. **Os Camponeses e a Política Pública no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, Karl. Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: _____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução: Florestan Fernandes, Expressão Popular: São Paulo, 2008.

_____. **Miséria da Filosofia**: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. Tradução: José Paulo Netto, São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

_____. **Trabalho Assalariado e Capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx-Engels).

_____. **O Capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução: Rubens Enderle; edição de Friedrich Engels, São Paulo: Boitempo, 2017. (Marx-Engels).

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço. São Paulo: Contexto, 2008.

NASCIMENTO, Aline.; MENDONÇA, Marcelo. Território Barragens Hidrelétricas e seus Efeitos sobre Populações Camponesas. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, XXI, 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2012. p. 1-16

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios).

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paula: Contexto, 2001. (Caminhos da Geografia).

PIRENNE, Henri. **História Econômica e Social da Idade Média**. Tradução: Lycurgo Gomes da Motta, São Paulo: Editora Mestre Jou, 1965.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. **GEographia**, Niterói, ano 1, v 1, p. 7-13, 1999.

_____. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2012. (Coleção Milton Santos; 2).

_____. **Técnica, Espaço, Tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional, São Paulo: Edusp, 2013. (Coleção Milton Santos; 11).

_____. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2014a. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Edusp, 2014b. (Coleção Milton Santos; 10).

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização.** São Paulo: Contexto, 2008. (Repensando a Geografia).

STUCHEVSKI, S.; VASÍLIEV, L. Três Modelos do Aparecimento e da Evolução das Sociedades Pré-Capitalistas. In: FIORAVANTE, Eduardo et al. **Conceito de Modo de Produção.** Tradução e Organização: Philomena Gebran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Pensamento Crítico; v. 24).

Recebido em 05/07/2018. Aceito para publicação em 20/02/2019.
--